

# A inflação de junho: 12%. Um recorde.

Com o expurgo, descerá para 7,8% a 8%. A informação é de Galvães, que garante que esse "ajuste" só será usado até agosto.

O governo não desistiu do propósito de manter no mesmo nível a inflação e as correções monetária e cambial. A informação foi dada ontem no Rio pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvães, ao confirmar que a inflação real de junho foi de 12% (possivelmente, o maior recorde mensal da história do País), devendo ser expurgada em 4%, chegando-se então a uma inflação e a uma correção monetária "ajustadas" de 7,8% a 8%. Em julho, ainda haverá expurgos, mas a partir de agosto voltariam a ser considerados os índices de preços efetivos.

Depois de fazer uma palestra para os alunos da Escola Superior de Guerra, o ministro disse que não existe nenhum problema na disparidade dos índices de junho, que a Resolução 802, "ajustada" pela Resolução 841, procurava evitar. No mês passado, a variação cambial acumulou 10%, ficando abaixo da inflação real e acima da inflação e correção fictícias.

Segundo Galvães, a Resolução 841 não conflita com a Resolução 802 "porque não é negra permanente, pois o que nós fizemos com o ajustamento da Resolução 802 foi dizer a mesma coisa, mas com interrupções nos meses de junho e julho e, dessa forma, a taxa de câmbio não será superior ao IGP e a correção monetária será sempre igual ao IGP ajustado".

O ministro da Fazenda disse que o ganho extra das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, com cláusula de correção cambial, está sendo mais tributado e, ainda mais, o Imposto de Renda sobre os juros dessas operações está sendo recolhido por antecipação, ou seja, o que será devido em 1984 está sendo recolhido este ano.

## Imposto de Renda

Na Confederação Nacional do Comércio o ministro Ernane Galvães anunciou que outro decreto-lei será baixado, isentando do Imposto de Renda a diferença entre o valor contabilizado em balanço e o valor da venda do patrimônio alienado pela empresa.

Sobre a decisão do governo de dar tratamento fiscal privilegiado a poupanças sem origem declarada anteriormente no Imposto de Renda (veja matéria na página 15) Galvães assegurou que isso ocorre em todos os países, "e não representa um estímulo a quem burla o fisco". No entanto, lembrou que, pelo decreto assinado pelo presidente Figueiredo, quem quiser beneficiar-se da medida terá de depositar esses recursos em

cadernetas de poupança pelo prazo de dois anos, ou então, aplicar em ORTN ou em títulos públicos estaduais e municipais.

— Só assim esses valores corrigidos não sofrerão tributação — frisou o ministro, lembrando ainda que após seis meses de investimentos nas opções apresentadas é que tais aplicações poderão ser convertidas na subscrição de capital das empresas abertas. Nas pequenas e médias empresas ou em ações negociadas em Bolsa. Nestes últimos casos, no entanto, as ações resultantes da aplicação deverão ficar custodiadas pelo prazo mínimo de cinco anos.

## Menor produção

Galvães fez um apelo à indústria de bens de capital para trabalhar menos e produzir menos máquinas e equipamentos. Isso porque, diante da necessidade de reduzir à metade o déficit público, o governo terá de fazer cortes substanciais nos seus investimentos. "Haverá menos obras públicas até que possamos realmente equilibrar a economia interna em termos de uma inflação menor".

Mesmo assim, o ministro da Fazenda garantiu que o desemprego não aumentará porque, na medida em que for sendo reduzida a participação do governo na economia, será aberto espaço para o setor privado. Citou a redução das importações do setor público, para que "sejam mantidas em níveis adequados as importações do setor privado".

## "O pior já passou"

Na opinião de Galvães, a fase mais difícil de ajustamento da economia brasileira foi concluída em grande parte, pois "já temos assegurada a possibilidade de cumprir o superávit de US\$ 6 bilhões da balança comercial e as nossas negociações com a comunidade bancária internacional e com o FMI estão equacionadas no sentido de prosseguir com o financiamento do balanço de pagamentos para 1983".

Para Galvães, além dos sinais de recuperação da economia dos Estados Unidos, o governo vem cumprindo "razoavelmente bem" a programação externa e, internamente, o conjunto de medidas aprovado recentemente "levará, sem dúvida, a uma redução substancial do déficit público". Até o final do ano deverão ser extintos todos os subsídios ao açúcar e ao trigo, eliminando-se, dessa forma, outro componente do processo inflacionário.